

JORNAL DO BRASIL

27 ABR 1987

O vice não deve mudar

aus p 11

Rogério Coelho Neto

Os grupos mineiros que queriam dar um vice ao presidente José Sarney — naturalmente através do patrocínio, pela Assembléia Nacional Constituinte, de uma eleição indireta — começaram a refluir, depois de se convencerem, diante de tão feia conjuntura, de que a hora é imprópria para a tomada de decisões políticas que não passem pelas urnas. Em busca de uma brecha que leve, no entanto, aos caminhos da bionicidade irresponsável, trabalham ainda, apesar da vigilância diuturna do líder Mário Covas, importantes lideranças paulistas.

Dar um vice a Sarney — que foi eleito na implosão do Colégio Eleitoral das Indiretas como simples substituto de Tancredo Neves, mas acabou chegando ao governo por força de circunstâncias conhecidas — não seria tarefa fácil, mesmo que a Constituinte julgasse a iniciativa imprescindível ao momento político. É que qualquer forma de eleição escolhida, até mesmo a direta, provocaria, aqui ou ali, um problema mais sério.

Preenchido o cargo que está vago desde que o seu ocupante foi chamado ao exercício do poder maior, pela via democrática da eleição direta, um sério caso de constrangimento político estaria sendo criado. O país passaria a viver, em tal situação, uma estranha anomalia constitucional, qual seja a de contemplar, ditando normas que mexem com o orçamento doméstico de todos nós, a presença no Palácio do Planalto de um presidente bionico. Ao mesmo tempo, sem nenhuma maneira

de vê-lo influir nas decisões nacionais, conviveria com um vice-presidente eleito, mas sem outros direitos que não sejam os de se exaurir por conta de uma duvidosa expectativa de posse.

As forças políticas que desejam dar um vice a Sarney sempre jogaram, na verdade, com a hipótese da eleição indireta, justamente para não aumentar o agudo processo de desgaste do atual presidente. Os mineiros, por uma tremenda saudade do poder, de cuja proximidade não desfrutam desde 1960, quando Juscelino Kubitschek passou a faixa a Jânio Quadros. E os paulistas, em decorrência de luta interna, cada vez mais intensa, no seio do PMDB, que tem por objetivo, animada pelos partidários do governador Orestes Quércia, minar os espaços ocupados pelo presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, pelo senador Mário Covas (líder da maioria na Constituinte) e pelo ex-governador Franco Montoro.

Esqueceram, porém, os partidários da eleição indireta — mineiros saudosos do poder ou paulistas saturados com a longevidade de algumas lideranças pemedebistas — que nenhuma Assembléia Constituinte, por menos representativa que seja dos anseios populares, terá coragem suficiente para contrariar a única via eleitoral que a democracia consagra: a do voto livre e secreto. A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, uma das mais importantes da Constituinte, que se recusou recentemente a antecipar uma definição sobre a viabilidade do parlamentarismo e sobre o tempo de duração do mandato de

Sarney, está preparada, sem nenhuma dúvida, para rechaçar qualquer tentativa de eleição de um novo vice-presidente.

As peculiaridades que cercam o governo de transição política de Sarney garantem, pelos fatos conhecidos, a eternização do presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e da Constituinte, Ulysses Guimarães, numa quarta função: a de vice de plantão. Função que, apesar de eventual, deverá ter o mesmo tempo de duração do mandato do atual presidente, desde que acerte, no caso de Sarney ganhar seis anos no poder, mais duas reeleições sucessivas para a presidência da Câmara. Os perigos que Ulysses corre são mínimos. Até porque os pretendentes conhecidos ao cargo de vice estão fora da Câmara: Hélio Garcia (ex-governador mineiro sem mandato), Franco Montoro (ex-governador paulista momentaneamente em recesso), e os senadores Mário Covas e José Richa.

Como o presidente da Câmara, até que a chama da transição seja extinta, é o primeiro nome na lista de nomes habilitados a substituir o presidente da República, dificilmente o deputado Ulysses Guimarães perderá tal honraria. Até porque seus próprios adversários, dentro de um PMDB hoje menos sujeito a decisões de cúpula, acham que ele deve se manter como segundo de Sarney, quando nada em pagamento por uma abertura política feita para ser exercida por uma importante liderança oposicionista, mas que por caprichos do destino acabou caindo nas mãos do ex-presidente da Arena e do PDS.